



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

WAGNER DUARTE DE OLIVEIRA

**AUTISMO NO CURSO SUPERIOR DE MÚSICA: mapeamento bibliográfico na
Revista da ABEM (2014-2024)**

RECIFE

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO

LICENCIATURA EM MÚSICA

WAGNER DUARTE DE OLIVEIRA

**AUTISMO NO CURSO SUPERIOR DE MÚSICA: mapeamento bibliográfico na
Revista da ABEM (2014-2024)**

Artigo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Música.

Orientador(a): Prof^o Me. Leandro Montovani da Rosa.

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Wagner Duarte de.

Autismo no Curso Superior de Música: mapeamento bibliográfico na
Revista da ABEM (2014-2024) / Wagner Duarte de Oliveira. - Recife, 2025.
27 p., tab.

Orientador(a): Leandro Motovani da Rosa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Música - Licenciatura, 2025.
Inclui referências.

1. Autismo. 2. Transtorno do Espectro Autista (TEA). 3. Educação Musical
Inclusiva. 4. Educação Musical Inclusiva e Ensino Superior. I. Rosa, Leandro
Motovani da. (Orientação). II. Título.

780 CDD (22.ed.)

WAGNER DUARTE DE OLIVEIRA

**AUTISMO NO CURSO SUPERIOR DE MÚSICA: mapeamento bibliográfico na
Revista da ABEM (2014-2024)**

Artigo do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Música.

Aprovado em: 16/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Me. Leandro Montovani da Rosa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Andrea Matias Queiroz (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Artur Duvivier Ortenblad (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AUTISMO NO CURSO SUPERIOR DE MÚSICA: mapeamento bibliográfico na Revista da ABEM (2014-2024)

AUTISM IN HIGHER EDUCATION MUSIC COURSES: bibliographic mapping in the ABEM Journal (2014-2024)

Wagner Duarte de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo: Este artigo teve como objetivo principal a realização de um mapeamento bibliográfico na Revista da ABEM, visando aferir o que se produziu em relação à temática da Educação Musical Inclusiva, com ênfase na relação entre ensino superior de música e o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O trabalho teve como objetivos específicos, a compreensão de como o campo da Educação Musical tem agido sobre a inclusão de pessoas com TEA, descrever as principais abordagens metodológicas, temas tratados e os principais autores. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Bibliográfica que teve como desdobramentos procedimentais a análise dos títulos desses artigos, das palavras-chave, dos seus resumos e de suas referências bibliográficas. Os temas norteadores foram: Educação Musical Inclusiva; Educação Inclusiva; Educação Especial; Autismo; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação Musical Inclusiva e Ensino Superior. Como resultado, minha pesquisa encontrou 8 artigos que se inseriam dentro do campo da Educação Musical Inclusiva, mas destes, somente 6 tinham ênfase na relação entre música (educação musical) e autismo. Ao final, pude constatar que nenhum desses trabalhos tratava da relação entre o TEA e os cursos superiores de música. Porém, analisando as publicações do meu mapeamento, pude perceber que existe uma leve tendência de interesse pelo tema do autismo e o meu trabalho, em alguma medida, preenche um pouco dessa lacuna.

Palavras-chave: Autismo; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação Musical Inclusiva; Educação Musical Inclusiva e Ensino Superior.

Abstract: This article aimed to conduct a bibliographic mapping in the ABEM Journal, with the objective of assessing what has been produced on the topic of Inclusive Music Education, with an emphasis on the relationship between higher music education and Autism Spectrum Disorder (ASD). The specific objectives of the study were to understand how the field of Music Education has addressed the inclusion of people with ASD, to describe the main methodological approaches, the themes addressed, and the most prominent authors. The methodology used was

bibliographic research, which included procedural steps such as the analysis of article titles, keywords, abstracts, and bibliographic references. The guiding themes were: Inclusive Music Education; Inclusive Education; Special Education; Autism; Autism Spectrum Disorder (ASD); Inclusive Music Education and Higher Education. As a result, my research identified 8 articles that fell within the field of Inclusive Music Education; however, only 6 of them focused on the relationship between music (music education) and autism. In the end, I found that none of these works addressed the relationship between ASD and higher education music programs. Nevertheless, by analyzing the publications included in my mapping, I observed a slight emerging interest in the theme of autism, and my work, to some extent, helps to fill this gap.

Keywords: Autism; Autism Spectrum Disorder (ASD); Inclusive Music Education; Inclusive Music Education and Higher Education

Prelúdio: Educação Inclusiva e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A inclusão educacional tem sido um dos principais desafios e objetivos das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no que se refere ao acesso e permanência de pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino. No campo da Educação Musical, essa questão ganha relevância à medida em que se busca compreender as possibilidades e barreiras que estudantes com necessidades educacionais específicas encontram em sua formação acadêmica. Dentre os diversos grupos que requerem atenção específica, as pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representam um público cuja presença no ensino superior, e especificamente nos cursos de música, ainda é pouco falada.

Minha motivação para a realização desta pesquisa é de natureza pessoal, pois desde que meu filho foi diagnosticado com TEA, aos 3 (três) anos de idade, passei a refletir mais sobre os desafios que ele enfrentará ao longo da vida, especialmente no campo educacional. Como futuro docente e pai, projetei um cenário no qual ele pudesse um dia manifestar o desejo de ingressar em um curso superior de música, assim como eu. Diante dessa possibilidade, surgiu a inquietação: os cursos de música das universidades estão preparados para acolher alunos autistas?

De acordo com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5), publicado pela *American Psychiatric Association* (Apa), o TEA é uma condição neurodivergente caracterizada por variações na comunicação, interação social e padrões comportamentais. Aliás, é somente com esta publicação (DSM-5), em 2013, que se adota essa denominação (TEA), eliminando as subdivisões e classificando o autismo por níveis de apoio

e intervenção que a pessoa necessita receber. Assim, o transtorno passa a ser classificado em níveis, sendo o nível 1 (leve), 2 (médio/moderado) e 3 (severo), que podem estar, ou não, associados a outros diagnósticos de comorbidades (Apa, 2014; Soares e Bisol, 2024).

Seus sintomas estão presentes desde o início da infância e podem limitar ou prejudicam o desenvolvimento global da pessoa. Suas manifestações podem variar dependendo do nível de desenvolvimento e da idade da pessoa; daí a utilização do termo *espectro*. O TEA ainda engloba transtornos que antes eram chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger (Apa, 2014, p. 53).

No Brasil, foi apenas com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, que a educação passou a ser reconhecida como um dever do Estado — ainda assim, restrita à Educação Básica, que abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O Ensino Superior não recebeu a mesma atenção por parte dos legisladores. Segundo Cláudia Bisol e Raquel Soares, “historicamente, as pessoas com deficiências foram educadas de forma segregada em escolas especiais, acreditava-se que não tinham capacidade de aprender em igualdade com seus pares” (Bisol; Soares, 2024b, p. 6).

Essas conquistas foram alcançadas, em grande medida, pela luta dos familiares de pessoas diagnosticadas com autismo, que criaram associações, para lutar por direitos que garantiam uma melhor qualidade de vida e inclusão social, no Brasil (Bisol; Soares, 2024a).

Embora haja um crescente interesse em promover uma educação inclusiva, o ensino superior, em especial a área da Música, ainda apresenta desafios estruturais, metodológicos, pedagógicos e atitudinais que podem influenciar diretamente a experiência acadêmica desses estudantes. Compreender como a Educação Musical tem abordado essa questão torna-se fundamental para a formulação de estratégias mais eficazes e acessíveis.

Neste trabalho, escolhi pesquisar na revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), por artigos que tratassem desta temática de Educação Musical Inclusiva, com ênfase na presença de alunos autistas em cursos superiores. Por se tratar de uma publicação que é um dos principais periódicos da área, ela reúne estudos que discutem temas como o ensino, aprendizagem, políticas educacionais e inclusão. Ou seja, temas que dialogam diretamente com a minha pesquisa.

Com o objetivo de obter um panorama conciso sobre o tema, realizei um mapeamento bibliográfico das publicações, a fim de identificar o que já foi pesquisado e debatido em relação à minha proposta. Delimitei o recorte entre os anos de 2014 e 2024, abrangendo 19 (dezenove)

edições. Dentre elas, selecionei 14 (quatorze) artigos que, de alguma forma, dialogavam com minha investigação, sendo 8 (oito) analisados com maior profundidade por apresentarem relação direta com o foco central desta pesquisa. Vale destacar que, entre esses oito, dois não tratam especificamente do Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas abordam aspectos relevantes que contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste trabalho, como será apresentado mais adiante.

Busquei especialmente artigos que abordassem a educação musical inclusiva (ou especial), as interações entre música e autismo, bem como reflexões sobre o ensino superior voltadas a esse público.

Minha ênfase se deu nas informações presentes nos títulos desses artigos, nas suas palavras-chave, nos seus resumos e nas suas referências bibliográficas. Inclusive, ao pesquisar em algumas dessas referências bibliográficas, fui tomando contato com outros trabalhos, de alguns desses autores e autoras, fora do meu plano inicial (Revista da ABEM).

O trabalho está estruturado em quatro seções, formada por esta introdução e mais outras três. Na segunda seção, apresento minhas fundamentações teóricas e metodológicas. Na terceira seção, apresento o resultado do meu mapeamento, onde tento compreender e contextualizar suas temáticas, metodologias e autores referenciais. Por fim, apresento nas minhas considerações finais tecendo comentários sobre os resultados obtidos, como os principais autores e temas que encontrei na pesquisa.

Fundamentos teóricos e metodológicos

A construção do referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na interseção entre os estudos sobre Educação Musical Inclusiva e o Autismo. Para compreender como a inclusão de pessoas diagnosticadas com TEA tem sido discutida no contexto dos cursos superiores de música, é essencial recorrer a diferentes campos do conhecimento que abordam essa temática sob perspectivas diversas, que vão desde políticas educacionais inclusivas até práticas pedagógicas específicas para o ensino de música.

O conceito de Inclusão Educacional tem evoluído significativamente ao longo das últimas décadas, especialmente a partir da Declaração de Salamanca (1994), que estabeleceu princípios fundamentais para garantir a educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL,

2008) destacam a importância de adaptar os ambientes escolares para garantir o atendimento às necessidades específicas dos estudantes. A educação inclusiva, nesse contexto, configura-se como um paradigma pautado nos direitos humanos, em que igualdade e diferença são valores interdependentes na promoção de uma equidade que reconhece e contextualiza as condições históricas responsáveis pela exclusão, tanto no espaço escolar quanto na sociedade em geral.

Segundo a renomada educadora brasileira Maria Teresa Mantoan, a exclusão manifesta-se das mais “diversas e perversas maneiras” e quase sempre o que está em jogo é o desconhecimento dos alunos diante da cientificidade. A escola, segundo ela, embora tenha se democratizado, permitindo acesso de novos grupos sociais, não faz o mesmo em relação ao conhecimento. Assim, ela (a escola):

[...] exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (Mantoan, 2003, p. 13).

O TEA, como dito anteriormente, é uma condição neurodivergente caracterizada por distúrbios comportamentais que incluem níveis diferentes de gravidade no que se refere à comunicação, interação social e processamento sensorial. (Apa, 2014; Louro, 2021). É definido por padrões restritivos de comportamento, interesses ou habilidades que mostram uma gama de manifestações de acordo com a idade e a capacidade, intervenções e apoios atuais.

O termo “autismo”, original do grego “autos”, significa “si mesmo”, e foi cunhado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911. A palavra significa uma condição humana da pessoa que vive para si. Ele teria utilizado essa palavra para descrever o comportamento observado em pacientes esquizofrênicos que apresentavam fuga da realidade e retraimento para um mundo interior, e para crianças com dificuldades de interação social, tendência de isolamento, estereotípias e ecolalias (Bisol e Soares, 2024b).

Somente em 1943, quando o psiquiatra Leo Kaner, apresentou o quadro sintomático de 11 crianças que tinham como principal característica a dificuldade de interação social e a comunicação, é que o termo passou a ser utilizado pela comunidade médica (Louro, 2021). Segundo Bisol e Soares (2024b), para efeitos legais, todas as pessoas diagnosticadas como autistas, são compreendidas pela legislação como indivíduos com deficiência. Seus direitos são garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão (nº. 13.146, 2015) e pela Lei Berenice Piana (nº. 12.764, 2012), dentre outras (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015).

No contexto da Educação Musical, segundo Viviane Louro, “a música sempre teve uma enigmática relação com o autismo, pois não são incomuns a presença de habilidades musicais

surpreendentes nessas pessoas” (Louro, 2021) e completa “Até hoje os cientistas não conseguiram explicar como e porque há alguns autistas com tanta predisposição musical, mas o fato é que, a música é uma ferramenta amplamente utilizada para o tratamento e desenvolvimento global de pessoas com TEA” (Ibid., p. 2).

A autora fala também sobre o uso da música como ferramenta terapêutica para pessoas com TEA, mas faz a ressalva de que esse uso não pode ser entendido como educação musical. Como uso de ferramenta terapêutica, a música é utilizada pela musicoterapia e tem muitas diferenças em relação ao seu uso pedagógico. Por exemplo, os objetivos são diferentes.

Na educação musical, a música é utilizada para a aprendizagem, ampliação cultural e performance-artística. Na musicoterapia, o objetivo é a reabilitação, profilaxia e qualidade de vida. O mesmo acontece com o campo de atuação, já que a educação musical está inserida no campo de artes e educação, enquanto a musicoterapia está inserida na área da saúde (Ibid., 2021).

Ainda dentro do contexto pedagógico-musical, Louro nos conta que o trabalho realizado em pessoas com TEA se dá no sentido de ajudá-las a desenvolver a compreensão dos conteúdos musicais, algo que não é muito diferente do que acontece com qualquer outra pessoa. Mas a diferença dos alunos diagnosticados com TEA, muitas vezes torna necessária a utilização de recursos diferenciados em auxílio à metodologia musical, tais como o emprego de figuras para compreensão de um comando verbal ou escrito, materiais concretos para aquisição de conceito simbólico de ritmos, partituras adaptadas, entre outros (Ibid., 2021).

A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica, uma modalidade da pesquisa científica muito utilizada no meio acadêmico e que tem como finalidade, o aprimoramento e a atualização de conhecimentos sobre um tema, através de investigação em obras científicas já publicadas (Alves et al, 2021). Normalmente ela é uma técnica fundamental para a construção de atividades acadêmicas e aqui, como tenho como objetivo o mapeamento de artigos, me pareceu a escolha ideal. De acordo com Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, a pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas monográficas, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão (Lakatos e Marconi, 2003, p. 183).

Segundo elas, sua finalidade é “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de

debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas ou gravadas”. E concluem, alertando que a pesquisa bibliográfica não é “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Ibid., p. 183).

É exatamente com essa finalidade, de propiciar um novo enfoque, que meu trabalho se encaixa. Aqui, além dos artigos da Revista da ABEM, também pesquisei em artigos e livros que faziam parte da seção teórica e bibliográfica de alguns desses trabalhos. Além disso, também consultei documentos oficiais como leis e legislações. O resultado não é algo inovador ou surpreendente, mas aponta para uma lacuna que pretendo demonstrar melhor a seguir.

Tecendo um panorama das publicações da Revista da ABEM (2014-2024)

No quadro abaixo apresento o resultado do meu mapeamento, fruto da pesquisa que teve como meta levantar todos os artigos publicados na última década. Investiguei artigos que tivessem como ênfase no seu título, resumo e ou palavras-chave, os seguintes termos: Educação Musical Inclusiva; Educação Inclusiva; Educação Especial; Autismo; Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Ensino Superior. Também considere que em alguns desses termos poderiam não ser tão explícitos, mas ainda assim estariam dentro do meu espectro de alcance.

Os resultados encontrados, no tocante ao TEA, estão dispostos na tabela a seguir:

| | Autor | Título | Tipo | Ano | Plataforma |
|---|---|---|---------|------|------------|
| 1 | PENDEZA, Daniele; DALLABRIDA, Iara | Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais. | Artigo | 2016 | ABEM |
| 2 | SCHAMBECK, Regina. | Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. | Artigo | 2016 | ABEM |
| 3 | PENDEZA, | Musicoterapia e autismo: teoria | Resenha | 2017 | ABEM |

| | | | | | |
|---|--|--|--------|------|------|
| | Daniele. | e prática. | | | |
| 4 | ZIMMER, Paulyane; RODRIGUES, Jéssika; DEFREITAS, Áureo. | Educação Musical e Transtorno do Espectro Autista: análise da produção de revistas de Artes/música <i>Qualis</i> A1 e seus anais de eventos regionais e nacionais (2006-2016). | Artigo | 2018 | ABEM |
| 5 | OLIVEIRA, Gleisson; PARIZZI, Maria; SAMPAIO, Renato; OLIVEIRA, Erika. | Relações entre a Educação Musical Especial e o desenvolvimento da comunicação social entre crianças autistas. | Artigo | 2022 | ABEM |
| 6 | SANTANA, Lenilce; PEREIRA, Gabryelle. | “Música para olhar do lado de dentro”: um projeto social com crianças no Transtorno do Espectro Autista. | Artigo | 2024 | ABEM |
| 7 | NETO, Ivo; LOURO, Ana. | Práticas de percussão e transtorno do espectro autista em projeto social: entrevistando pais responsáveis. | Artigo | 2024 | ABEM |
| 8 | SOARES, Raquel; BISOL, Cláudia. | Educação musical e autismo: panorama das publicações científicas nacionais (2016-2023). | Artigo | 2024 | ABEM |

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No primeiro artigo, publicado em 2016, Iara Dallabrida e Daniele Pendeza fazem um mapeamento bibliográfico em várias publicações nacionais (ABEM, ANPPOM, CAPES, SciELO, SIMCAM e SIMPOM), entre 2005 e 2015, onde a ênfase estava na relação entre Educação Musical e Autismo.

O artigo de Dallabrida e Pendeza apresenta uma revisão de literatura sobre a produção acadêmica nacional a respeito da relação entre Educação Musical e o Transtorno do Espectro

Autista (TEA). As autoras analisaram teses, dissertações e artigos publicados no Brasil, buscando identificar tendências, lacunas e enfoques predominantes nas pesquisas. Conforme apontam as autoras:

No que tange à Educação Musical Especial também existem poucos estudos em nosso país, deixando essa especificidade da Educação Musical a descoberto, fato este que podemos constatar a partir das pesquisas de Fernandes (2000), que realizou um mapeamento de dissertações e teses brasileiras compreendidas entre os anos de 1997 e 2005; Santos (2003), que propôs um levantamento bibliográfico com a finalidade de ampliar o já encontrado por Fernandes (2000), acrescentando a produção de conhecimento em Educação Musical nas publicações nacionais e regionais da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), nos anos de 2000 a 2002; Morales e Bellochio (2009), que investigaram a relação entre Educação Musical e Educação Especial nas comunicações orais dos anais da ABEM entre os anos de 2002 e 2008; Rodrigues (2009), que, através de uma revisão sistemática da literatura, buscou na Biblioteca Virtual em Saúde as intervenções musicais realizadas em casos de autismo, abarcando estudos teóricos e empíricos, fossem estes brasileiros ou não, entre os anos de 2000 e 2009; e Gums e Schambeck (2014), que analisaram produções online que envolvessem as áreas de Música e Educação Especial publicadas nos anais da ABEM, entre os anos de 2001 e 2012 (Dallabrida e Pendeza, 2016, p. 99).

Elas destacam que, embora haja um crescimento das publicações sobre o tema, ainda persiste uma concentração em estudos descritivos e experiências pontuais, com pouca consolidação teórica e metodológica. O levantamento revela uma necessidade de aprofundamento nas investigações sobre os impactos reais das práticas musicais para pessoas com TEA.

As autoras encontraram 19 artigos ligados a diversas universidades brasileiras. Também utilizaram como metodologia a Pesquisa Bibliográfica e os resultados que obtiveram dizia respeito ao número de autores que estavam escrevendo sobre a temática, as metodologias e os referenciais teóricos desses trabalhos.

A conclusão que elas chegaram é que a grande maioria desses trabalhos contavam com referenciais teóricos em línguas estrangeiras, majoritariamente tendo o inglês com papel de destaque. Também puderam aferir que as universidades que mais publicaram trabalhos nessa temática foram a UFMG, UEPA e a UFPA. A maioria desses trabalhos foi pautada pela multidisciplinaridade e que “[...] após o ano de 2013, as publicações decresceram, o que pode indicar uma dispersão temática nas publicações mapeadas” (Pendeza e Dallabrida, 2016, p. 110). Por fim, elas concluem que a relação entre Educação Musical e TEA ainda era pouco investigada.

As autoras destacam pontos como: Mapeamento das produções acadêmicas brasileiras sobre Educação Musical e TEA; Crescimento do interesse acadêmico, mas ainda limitado em quantidade e profundidade; Predominância de estudos descritivos e relatos de experiência; Falta de referenciais teóricos sólidos e de metodologias bem estruturadas; Necessidade de pesquisas mais robustas e análises de impacto.

O artigo destaca-se por apresentar um panorama sistematizado da produção acadêmica desenvolvida no Brasil entre os anos de 2005 e 2015, configurando-se como uma espécie de “estado da arte” sobre o tema até aquele momento. Essa sistematização permite identificar os principais focos de atenção no campo, ao mesmo tempo em que revela fragilidades ainda presentes na área.

Como aspecto positivo, ressalta-se a clareza com que as autoras evidenciam a ausência de aprofundamento teórico e metodológico em grande parte dos estudos analisados, apontando para a superficialidade recorrente em diversas produções acadêmicas. Por outro lado, o artigo poderia ter avançado em sugestões mais detalhadas sobre como superar essas lacunas, já que ele aponta os problemas, mas não oferece estratégias para solucioná-los.

Além disso, não há uma análise crítica mais forte sobre os contextos sociais, culturais e educacionais que podem influenciar a produção acadêmica (por exemplo, desigualdades regionais, políticas educacionais, financiamento de pesquisa). Isso deixa o panorama um pouco descolado das condições materiais que sustentam ou limitam as pesquisas no Brasil.

O artigo contribui ao oferecer uma visão ampla e organizada das pesquisas brasileiras sobre Educação Musical e TEA, funcionando como referência essencial para quem quer estudar o tema. Ele também ajuda a identificar pontos cegos e desafios futuros, sinalizando a necessidade de trabalhos mais teóricos, metodológicos e avaliativos, capazes de impactar práticas e políticas educacionais.

As principais características das produções analisadas. Segundo as autoras, foram: Predomínio de relatos descritivos e experiências pontuais; pouco uso de referenciais teóricos sólidos; falta de metodologias estruturadas; escassez de análises de impacto real das práticas. Apontam ainda para lacunas e desafios identificados, tais como: aprofundamento teórico dos estudos; estrutura e metodologias consistentes; realização de pesquisas avaliativas e longitudinais; superar superficialidade dos trabalhos atuais.

O segundo artigo, de Regina Schambeck (2016), trata da questão da inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de música. Suas palavras-chave eram: Inclusão; Deficiência; Educação Musical. O objetivo do texto era ampliar as discussões sobre a formação de

professores de música para atuarem com alunos com deficiência, no contexto da Educação Básica.

Este artigo apresenta uma análise das tendências de pesquisa sobre inclusão de alunos com deficiência nas aulas de música, com ênfase nos impactos dessas discussões para a formação docente. A autora revisa produções acadêmicas da área da Educação Musical e aponta a urgência de uma formação crítica, sensível e prática para professores de música atuarem em contextos inclusivos. Schambeck defende que, embora avanços legais e conceituais tenham ocorrido no campo da inclusão, ainda há uma lacuna significativa entre discurso e prática, especialmente na formação inicial e continuada de educadores musicais.

A metodologia utilizada pela autora foi a Pesquisa Exploratória, que evidenciou similaridades à Pesquisa Bibliográfica. Esse artigo, apesar de não tratar especificamente sobre pessoas com TEA, se insere na mesma área temática que o meu trabalho, a Educação Musical Inclusiva. Como conclusões, a autora apontou para cinco pontos norteadores para a formação dos professores de música:

- I – Prover condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos;
- II – Garantir a transversalidade das ações da educação inclusiva no ensino regular e ensino superior;
- III – Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – Assegurar estudos na área por meio de formação continuada;
- V – Estabelecer parcerias com profissionais da área de educação especial (AEE) (Schambeck, 2016, p. 33).

Aspectos ressaltados pela autora analisam: a revisão crítica da literatura sobre inclusão na educação musical; destacam a necessidade de articulação entre teoria e prática na formação docente; enfatizam o papel das políticas públicas e das diretrizes educacionais; aponta fragilidades nas licenciaturas em Música quanto à formação para a inclusão; defendem uma abordagem formativa que inclua vivências reais e discussões sobre diversidade e deficiência.

O texto é denso e bem fundamentado, oferecendo um panorama crítico sobre os desafios da inclusão na educação musical. A autora problematiza as lacunas estruturais da formação docente e sugere caminhos possíveis, como a incorporação de experiências concretas com a diferença durante a graduação.

O terceiro trabalho não é um artigo, mas sim uma resenha. A única da pesquisa. Feita por Daniele Pendeza sobre o livro *Musicoterapia e autismo: teoria e prática*, de Gustavo Schulz Gattino, publicado em 2015. Segundo Pendeza, “o autor tem se mostrado prolífico no que envolve a música e o autismo” (Pendeza, 2016, p. 139). O livro de Gattino tem como intuito:

[...] preencher a falta de publicações de livros em português que abordam o tema música e autismo, ainda escasso, apesar da grande demanda no nosso cenário nacional. O livro é resultado de mais de sete anos de pesquisa da carreira do autor na musicoterapia, sendo destinado a profissionais dessa área. Porém, ele também se mostra útil para educadores musicais que trabalham com esse público, por trazer dados sólidos de como a música pode vir a ser benéfica para o desenvolvimento de sujeitos com autismo, principalmente por abordar o processamento auditivo da música e aspectos biomoleculares que envolvem essa interação, dando suporte para a composição de planos de aula e melhor inclusão desses sujeitos em ambientes educacionais (Gattino *apud* Pendeza, 2016, p. 139).

A autora discute as interfaces entre a musicoterapia e o trabalho com pessoas no espectro autista, articulando bases teóricas e exemplos práticos. Apresenta os princípios fundamentais da musicoterapia, seus objetivos terapêuticos e as estratégias utilizadas para promover comunicação, expressão emocional e interação social em indivíduos com TEA. Além disso, o texto aponta desafios enfrentados pelos profissionais, como a necessidade de formação específica e a importância de compreender as particularidades de cada paciente. O artigo também destaca o valor da colaboração interdisciplinar no atendimento a essa população.

Na sequência, chama a atenção para a diferença entre o uso da música na Educação Musical e na Musicoterapia. Pendeza (2016) conclui que a pertinência da obra está no fato de servir de suporte tanto para musicoterapeutas quanto professores de música, no que diz respeito ao atendimento de pessoas com autismo.

A autora, dentro desse contexto, ressalta pontos importantes, como: fundamentos teóricos da musicoterapia aplicada ao autismo; estratégias práticas para favorecer comunicação, expressão e interação social; papel da música como mediadora no processo terapêutico; desafios profissionais: formação especializada e compreensão das especificidades individuais; necessidade de colaboração interdisciplinar entre terapeutas, professores e familiares.

A autora aponta ainda para a importância de uma revisão da produção acadêmica sobre inclusão; tece críticas à distância entre teoria e prática; propõe uma reflexão sobre políticas públicas e diretrizes legais. No tocante à formação docente, entende que: existe ainda fragilidade das licenciaturas quanto ao preparo para o tema efetivo da inclusão; a necessidade de práticas reais e interações com a diversidade; e uma formação continuada como eixo essencial.

Pendeza (2016) constata que um discurso inclusivo não garante a prática efetiva, acrescenta que há pouca experiência dos professores com a realidade da deficiência. Propõe uma formação crítica, sensível e baseada na escuta; vivências práticas durante a formação inicial e articulação entre diferentes saberes (musicais, pedagógicos e socioculturais).

Ampliando assim o debate sobre a inclusão na educação musical, reforça a responsabilidade dos cursos de licenciatura e aponta a urgência de políticas de formação docente mais inclusivas.

No quarto artigo analisado, Paulyane Zimmer, Jéssika Rodrigues e Áureo DeFreitas (2018) falam sobre a relação entre Educação Musical e TEA por meio de uma análise da produção em revistas brasileiras de Artes/Música *Qualis* A1 (gratuitas) e seus anais de eventos regionais e nacionais, entre os anos 2006 e 2016. Suas palavras-chave foram: Educação Musical; Autismo; Pedagogia Musical.

Os autores realizaram pesquisa nas revistas *Música HODIE*, *Per Musi*, *ABEM* e *OPUS* e nos anais Regionais e Nacionais da ABEM e Nacionais da ANPPOM, descrevendo os enfoques/procedimentos de ensino (Zimmer et al, 2018). Com uma abordagem qualitativa e uma análise descritiva, os autores conseguiram levantar 3.844 artigos, sendo que somente 16 eram “fidedignos à temática”.

As conclusões a que chegaram é que a região Norte foi a que mais produziu pesquisas na área; a importância do perfil dos professores/monitores para ensino; necessidade de suporte aos profissionais; compreensão do transtorno e perfil do educando; adaptações curriculares e práticas; acompanhamento dos pais nos estudos; conscientização dos pares; uso de repetição, reforço contingente, dicas visuais e verbais; atividades que respeitam as fases do desenvolvimento humano e musical; e possibilidade dos métodos Kodály, Orff, Suzuki, String Project, Dalcroze e Willems (Ibid., 2018).

Ressaltam um levantamento e análise das produções acadêmicas nacionais (2006–2016) entendendo um certo predomínio de artigos e trabalhos em eventos que relatam experiências práticas. Encontram um baixo número de pesquisas com embasamento teórico-metodológico sólido e poucas avaliações de impacto e resultados mensuráveis no contexto de práticas musicais e ainda a necessidade de aproximação entre pesquisa acadêmica e prática docente.

O estudo é relevante por sua abrangência, os autores não se limitaram a revistas, mas também incluíram anais de eventos, oferecendo um panorama mais completo do campo. Um ponto positivo é a crítica bem fundamentada à superficialidade teórica e metodológica das pesquisas, chamando atenção para a necessidade de avançar além dos relatos descritivos.

Entendem que, como mencionam:

No tocante à educação musical, Louro (2012, p. 43) defende que “[...] há caminhos e possibilidades para se alcançar resultados de boa qualidade musical inclusiva, contanto que o professor se prepare antecipadamente”. Para esta autora, os pré-requisitos para um bom professor atender educacionalmente as pessoas com deficiência são: Quebra das barreiras atitudinais; Conhecimento mais profundo das deficiências; Conhecimento

pormenorizado do aluno; Intercâmbio de informações; Definição clara e realista das metas pedagógico-musicais; Estratégias diferenciadas para as aulas e avaliações (Louro, 2012 apud Zimmer et al, 2018, p. 2).

O artigo contribui ao consolidar um mapeamento atualizado e rigoroso da produção acadêmica sobre Educação Musical e TEA, tornando-se uma referência importante para pesquisadores e profissionais. Ele ajuda a identificar onde estão os gargalos da área e indica caminhos para pesquisas mais consistentes e conectadas à prática pedagógica, apontando a necessidade de produzir conhecimento que realmente avalie e fortaleça a atuação musical junto ao público autista.

O quinto artigo, de autoria de Gleisson de Oliveira, Maria Betânia Parizzi, Renato Sampaio e Erika de Oliveira (2022), trata da relação entre a Educação Musical Especial e o desenvolvimento da comunicação social em crianças diagnosticadas com TEA. Suas palavras-chave foram: Autismo; Comunicação; Educação Musical Especial; Desenvolvimento; Musicalidade Comunicativa.

O artigo investiga as relações entre práticas de Educação Musical Especial e o desenvolvimento da comunicação social em crianças autistas. Os autores discutem como a música pode atuar como mediadora de interações sociais, promovendo melhorias em aspectos como atenção compartilhada, troca afetiva, compreensão emocional e habilidades comunicativas.

Baseando-se em referenciais da Educação Musical Especial, o estudo aponta que intervenções musicais planejadas favorecem contextos de aprendizagem mais inclusivos e oferecem ferramentas relevantes para o desenvolvimento das crianças com TEA, com foco específico no fortalecimento de habilidades sociais.

Para o contexto da pesquisa realizada por Zimmer et al (2018), o termo “educação musical inclusiva” foi substituído por “educação musical especial”, algo que também imaginei que pudesse ser sinônimo do termo que meu trabalho utiliza. O artigo, que é parte de uma pesquisa de doutoramento, utilizou uma metodologia mista que combinou o uso de métodos quantitativos e qualitativos.

Os autores referem com pontos centrais da pesquisa a música como mediadora das interações sociais em crianças autistas, a relevância das práticas de Educação Musical Especial no fortalecimento de habilidades comunicativas, o planejamento intencional das intervenções musicais para atingir objetivos socioemocionais, a importância do ambiente inclusivo para potencializar o impacto da música no desenvolvimento e a música não apenas como estímulo sonoro, mas como ferramenta de comunicação e construção de vínculos.

O artigo, segundo Oliveira et al (2022), se destaca por articular práticas musicais específicas a objetivos de desenvolvimento social e comunicativo, demonstrando sensibilidade às necessidades do público autista. Um ponto forte é a ênfase no planejamento intencional das intervenções, evitando abordagens improvisadas ou meramente recreativas. Além disso, os autores fazem uma boa conexão entre os referenciais teóricos e os resultados práticos, tornando a pesquisa útil tanto para pesquisadores quanto para profissionais da área.

A pesquisa teve 15 crianças diagnosticadas com TEA como interlocutores que, após serem selecionados, foram divididos em dois grupos. Segundo os autores:

Cada grupo participou do estudo sob dois formatos: Grupo 1 (Experimental/*Follow Up*) e Grupo 2 (Controle/Experimental). Três escalas (ABFW-Teste de Pragmática, Escala DEMUCA e IMTAP) foram utilizadas para aferir o desenvolvimento musical e sociocomunicativo das crianças, em cada etapa da pesquisa, seus respectivos Grupos (etapa quantitativa); e um Grupo Focal foi realizado com os pais das crianças participantes (etapa qualitativa) (Oliveira et al, 2022, p. 1).

Convém ressaltar que o Teste de Pragmática ABFW foi criado para o contexto brasileiro, sendo composto por subtestes que avaliam diferentes áreas envolvidas no processo de comunicação, como a fonologia, vocabulário, fluência e pragmática. Destina-se a crianças de 2 a 12 anos (Carbonieri e Lúcio, 2019).

Como resultado, Oliveira et al (2022) afirmam que a música constitui “uma janela singular para o mundo do autismo, seja pelas relações peculiares que os autistas possuem com a música, seja pelo poder de transformação/estimulação que a música pode ter sobre esses indivíduos”. Eles ainda concluem que enxergam potencial no trabalho para contribuir, do ponto de vista sociocomunicativo e para futuras discussões acadêmicas relacionadas à Educação Musical Inclusiva (Oliveira et al, 2022).

O sexto artigo, de Lenilce Santana e Gabryelle Pereira (2024), tem como temática central o TEA inserido no contexto de um projeto social. Suas palavras-chave foram: Transtorno do Espectro do Autismo [*sic*]; Educação Musical Especial; Projeto Social.

Segundo as autoras, o texto trata de um projeto específico: “Música para olhar do lado de dentro”, realizado em parceria entre o Centro de Educação Musical Miguel Pietro (CEMMP) e o Grupo de Estudos de Autorregulação da Aprendizagem Musical da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na cidade de Feira de Santana, interior da Bahia (Santana e Pereira, 2024).

Tendo como objetivo principal descrever e discutir sobre o planejamento e a prática das aulas de música para crianças com TEA, buscaram apresentar os desafios e os desdobramentos

resultantes. Apresentam aspectos pertinentes para essa pesquisa como a realidade de um projeto social com foco em crianças autistas, ressaltando a música como meio de acessar e expressar emoções internas, a ênfase na escuta sensível e no acolhimento subjetivo, o desenvolvimento de aspectos emocionais, sociais e comunicativos por meio da prática musical e a importância de ambientes não competitivos, respeitando o tempo e o ritmo de cada criança.

O projeto foi realizado em uma instituição especializada no atendimento de crianças diagnosticadas com TEA e seu período de existência se deu entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro semestre de 2023. Como conclusão, o projeto foi capaz de proporcionar momentos significativos para as crianças e os monitores envolvidos, e vislumbrar um novo caminho de promoção da musicalização de crianças autistas. Segundo as autoras:

A Educação Musical Especial fora dos espaços convencionais pode ser uma realidade e um caminho para promover o desenvolvimento musical de crianças no TEA, ao mesmo tempo em que proporciona ganhos extramusicaís significativos para sua integração na sociedade (Santana e Pereira, 2024, p. 20).

Segundo Santana e Pereira (2024), o artigo se destaca por trazer uma abordagem humanizada e sensível, valorizando a música não apenas como ferramenta pedagógica ou terapêutica, mas como meio de acesso à subjetividade das crianças. A proposta rompe com modelos padronizados e competitivos, dando lugar a processos respeitosos, centrados no bem-estar emocional.

As autoras encerram o artigo de forma inspiradora ao lembrarem que “a academia é o lugar de pensar, aprender e fazer” e convidam os seus leitores, caso se sintam instigados, a realizarem pesquisa no campo, que ainda conta com poucos trabalhos correlatos (Ibid., 2024).

O penúltimo artigo, de Ivo Neto e Ana Lúcia Louro (2024), tem como temática as aulas de percussão e o TEA. Suas palavras-chave foram: Educação Musical Inclusiva; Práticas de Percussão; Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Tiveram como temática principal, estudantes autistas de um projeto social de percussão da cidade de Santa Maria, interior do Rio Grande do Sul. O objetivo geral foi verificar os efeitos da oficina de percussão em crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, bem como suas relações sociais e de aprendizagem e como elas poderiam estar contribuindo para uma melhor inclusão social dessas pessoas.

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as percepções de pais e responsáveis sobre os efeitos das práticas de percussão em crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA), inseridos em um projeto social. Por meio de entrevistas, os autores

exploraram como essas práticas musicais impactam aspectos como sociabilidade, autoestima, comunicação e bem-estar emocional. O estudo destaca a relevância das atividades coletivas, em especial a percussão, como ferramenta de inclusão e desenvolvimento social.

A metodologia do trabalho foi de natureza qualitativa, amparada por narrativas de pais e responsáveis desses alunos, obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas. Como resultado, os pesquisadores apontaram para uma melhoria no desenvolvimento social, na cognição, na interação e na qualidade de vida, tanto para os indivíduos diagnosticados com TEA, quanto para suas famílias, de modo geral. De acordo com eles:

[...] a oficina aqui citada traz para a sociedade uma forma de incluir crianças e adolescentes com o Transtorno do Espectro Autista e trabalhar melhor na qualidade de vida para esses indivíduos, colaborando também com suas famílias, ao verem que seus filhos estão tendo uma melhora e uma evolução em seus conhecimentos, tanto musicais como em sua vida escolar e social (Neto e Louro, 2024, p. 18).

Os autores apontam para uma Investigação das percepções familiares sobre os efeitos da percussão em crianças/jovens com TEA, para o uso das entrevistas como principal metodologia de coleta de dados, dão ênfase ao papel social e emocional das práticas coletivas de percussão, destacam a relevância da música como promotora de autoestima, socialização e expressão e tecem uma reflexão sobre o papel dos projetos sociais como espaços inclusivos e formativos.

A apresentada por Neto e Ivo (2024) em seu artigo se destaca por dar voz às famílias, trazendo uma perspectiva subjetiva que muitas vezes fica em segundo plano em pesquisas mais técnicas. Ao priorizar os relatos dos pais e responsáveis, os autores oferecem *insights* importantes sobre os impactos percebidos das atividades musicais no cotidiano das crianças e jovens com TEA.

Os autores entendem que seu trabalho pode contribuir com a ampliação da compreensão do papel das famílias no processo educativo, com a evidenciação dos benefícios emocionais e sociais das práticas de percussão e o reforço da importância dos projetos sociais como espaços inclusivos.

Por fim, chegamos ao oitavo artigo. De autoria de Cláudia Bisol e Raquel Soares (2024b), tem como temática a elaboração de um panorama sobre Educação Musical e Autismo, a partir de publicações científicas nacionais entre 2016 e 2023. Suas palavras-chave são: Autismo; TEA; Educação Musical; Educação Inclusiva; Educação Especial.

O artigo de Bisol e Soares (2024) aborda os desafios enfrentados por professores de música ao trabalhar com estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a importância da formação docente e das estratégias pedagógicas adequadas. As autoras mapearam obstáculos como a ausência de capacitação específica, a dificuldade de comunicação e interação social típica do autismo, e as barreiras institucionais, mas também apontaram perspectivas positivas, como a possibilidade de adaptação metodológica e o potencial transformador da música para promover inclusão, expressão e desenvolvimento emocional. O texto fez uma revisão de literatura relevante e incluiu relatos de experiências de campo com professores, buscando articular teoria e prática.

A metodologia utilizada pelas autoras foi a Pesquisa Bibliográfica em publicações nos portais da ABEM, ANPPOM, CAPES, SciELO, SIMCAM e SIMPOM, com os seguintes descritores-chave: TEA; Autismo; TGD; Educação Musical Especial; Ensino de Música e TEA; Musicoterapia. Ao todo, encontraram 28 publicações.

Bisol e Soares (2024) tinham como objetivos específicos identificar as metodologias utilizadas nesses trabalhos, autores mais referenciados, enfoques e as áreas a qual se destinavam. Elas também investigaram o contexto da Educação Musical, com ênfase no ensino musical e nas práticas de inclusão, para crianças e adolescentes autistas no Brasil (Bisol e Soares, 2024).

Como resultados da pesquisa, apontaram para um pequeno aumento de publicações de pesquisa sobre autismo no contexto da Educação Musical Inclusiva. Contudo, perceberam que as instituições especializadas (universidades) ainda apresentam espaços pouco explorados, ao mesmo tempo em que se apresentam como um local de possibilidades para a expansão e o aprofundamento de novas investigações científicas.

As autoras elencam em seu texto a falta de formação específica para professores de música para atuarem com alunos autistas, acrescentando a necessidade de adaptações pedagógicas (materiais, estratégias e dinâmicas). Apontam para o papel inclusivo da música: espaço para expressão, comunicação alternativa e socialização, aos desafios institucionais e estruturais que dificultam a inclusão plena, e para as perspectivas futuras: importância de políticas públicas, capacitações e maior articulação entre educação musical e educação especial.

Assim como outros trabalhos já citados aqui, também apontaram para o papel de ferramenta transformadora que a Educação Musical tem no desenvolvimento de habilidades cognitivas e da comunicação social, bem como para redução de comportamentos inadequados e característicos do autismo. Terminam por relatar que perceberam um tímido movimento de aproximação entre a Educação Musical Inclusiva e a Neurociência (Ibid., 2024).

O texto cumpre bem seu objetivo de apresentar um panorama dos desafios e perspectivas na interface entre educação musical e autismo, combinando revisão teórica e dados empíricos. As autoras oferecem uma leitura sensível das dificuldades enfrentadas pelos docentes, sem cair em uma visão romantizada da inclusão, aspecto positivo, pois evita reducionismos. Um ponto forte é o destaque dado à necessidade de adaptações concretas (não apenas boa vontade), algo que muitos trabalhos na área negligenciam.

Considerações finais

Entre os autores e autoras que mais tiveram trabalhos utilizados no meu mapeamento, os nomes de Regina Schambeck, com três publicações, e Vilson Zattera, com duas, foram os mais proeminentes. Mas ambos não produziram trabalhos com ênfase na relação entre educação musical e TEA e sim, no campo da educação musical inclusiva, como um todo. Falando especificamente sobre minha temática, Daniele Pendeza e Iara Dallabrida (2016) e Cláudia Bisol e Raquel Soares (2024), prestaram um grande serviço ao mapear os trabalhos produzidos ao longo desses anos, em diversas publicações nacionais.

De uma maneira muito direta, esses trabalhos mostraram o aumento de pesquisa nessa área. Se pesquisando entre 2005 e 2015, Pendeza e Dallabrida encontraram 19 artigos, pessimistas de que esse número fosse diminuir nos anos seguintes, a pesquisa de Bisol e Soares, provou o contrário. Se ao pesquisarem entre 2016 e 2023, as autoras encontraram 28 artigos, ou seja, um número maior do que o de suas predecessoras (Pendeza e Dallabrida) haviam encontrado, isso nos permite supor que o campo ainda está em expansão.

Lenilce Santana e Gabryelle Pereira (2024), assim como Ivo Neto e Ana Lúcia Louro (2024), ao analisarem a relação entre educação musical e TEA, no contexto de projetos sociais, enxergaram potencial para um melhor desenvolvimento social e cognitivo desses estudantes. O mesmo pode ser dito a respeito do trabalho de Gleisson de Oliveira, Maria Betânia Parizzi, Renato Sampaio e Erika de Oliveira, que deram ênfase a crianças e adolescentes.

As conclusões desses trabalhos, apontam para o potencial pedagógico da música, como um componente transformador tanto na vida desses indivíduos e suas famílias, mas também em relação aos professores de música envolvidos.

De todos os trabalhos que tiveram como temática o autismo, apenas a resenha realizada por Pendeza (2017), permitiu perceber que a música também pode ser usada como componente terapêutico em relação ao TEA. Ao resenhar um livro de Gustavo Gattino, um proeminente autor da área de Musicoterapia, ficou evidente essa outra possibilidade que a atividade musical

pode desempenhar no desenvolvimento de pessoas com TEA. Trata-se do único trabalho em que a relação entre música e autismo não é propriamente pedagógica, mas sim terapêutica.

Dois nomes que também merecem comentários, pois ao longo da minha pesquisa apareceram como referência para vários desses trabalhos, são os nomes de Maria Teresa Mantoan e Viviane Louro. Mantoan é uma referência nos debates acerca da Educação Inclusiva, enquanto Louro exerce papel similar no campo que investiga a relação entre música e autismo, e música e neurociência.

Schambeck também pareceu exercer relevância nos debates ligados à inclusão de pessoas com deficiências físicas ao universo da Educação Musical. Me parece que, cada uma à sua maneira e com seus trabalhos, ajudam a sedimentar cada vez mais a área da Educação Musical Inclusiva, dentro do campo da própria Educação Musical.

Assim, findado meu mapeamento, pude constatar que infelizmente nenhuma das publicações tratavam especificamente sobre o meu tema: Educação Musical Inclusiva, com ênfase na presença de alunos autistas em cursos superiores. Porém, no decorrer desse processo pude perceber um horizonte promissor, já que nas últimas edições, os números de trabalhos que investigam essa temática aumentaram. Em 2024, por exemplo, foi o ano que mais tiveram trabalhos publicados com essa temática: três!

Com isso, concluo que meu trabalho conseguiu, de alguma maneira, se juntar a todos esses aqui mapeados, onde cada um, à sua maneira, chamam a atenção para a necessidade de ampliar cada vez mais os debates acerca da Educação Musical Inclusiva, em todos os seus níveis. Identificar essa lacuna entre o ensino superior de música e o TEA, talvez tenha sido a minha única contribuição original ao longo da pesquisa. Espero que ela possa contribuir com pesquisas futuras que objetivam tratar da relação entre o ensino superior de música e o autismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. SOUSA, Angélica Silva de. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acessado em 09 de março de 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais – DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BISOL, Cláudia. SOARES, Raquel. **Educação Musical e Autismo: um enfoque nos desafios e perspectivas dos professores de música**. Anais do X CONEDU... Campina

Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em:
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/111051>>. Acessado em 07 de abril de 2025.

_____, Cláudia. SOARES, Raquel. **Educação musical e autismo: panorama das publicações científicas nacionais (2016-2013)**. *Revista da ABEM*, [s. l.], v. 32, n. 1, 2024. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1341/712>>. Acessado em 12 de março de 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 27 maio 2025.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 maio 2025
CARBONIERI, Juliana. LÚCIO, Patrícia Silva. **Avaliação do vocabulário em crianças brasileiras: revisão sistemática de estudos com três instrumentos**. *CoDAS*, v. 32, n. 3, e20180245, 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025

DALLABRIDA, Iara. PENDEZA, Daniele. Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais. *Revista da ABEM*, v. 24, n. 37, Londrina, p. 98-113, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/583/477>>. Acessado em 12 de março de 2025.

GATTINO, Gustavo Schulz. **Musicoterapia e autismo: teoria e prática**. São Paulo: Memnon, 2015.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2023.

LOURO, Viviane. **Ensino musical e autismo: relato de uma experiência a partir de uma pesquisa de doutorado em neurociências**. *Revista Per Musi*, n. 41, *General Topics*, e214109, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/25389/27657>>. Acessado em 07 de abril de 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NETO, Ivo; LOURO, Ana. **Práticas de percussão e transtorno do espectro autista em projeto social: entrevistando pais e responsáveis**. *Revista da ABEM*, [s. l.], v. 32, n. 2, e32217, 2024. Disponível em:

<<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1327/699>>. Acessado em 10 de março de 2025.

OLIVEIRA, Gleisson do Carmo. PARIZZI, Maria Betânia. SAMPAIO, Renato Tocantins. OLIVEIRA, Erika Maria Parlato de. **Relações entre Educação Musical Especial e o desenvolvimento da comunicação social em crianças autistas. Revista da ABEM**, v. 30, n. 2, e30211, 2022. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1145/639>>. Acessado em 12 de março de 2025.

PENDEZA, Daniele. DALLABRIDA, Iara. **Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais. Revista da ABEM**, v. 24, n. 37, p. 98-113, jul./dez. de 2016. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/583/477>>. Acessado em 09 de abril de 2025.

_____, Daniele. **Musicoterapia e autismo: teoria e prática. Revista da ABEM**, v. 25, n. 38, p. 139-142, jan./jun. de 2017. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/654/493>>. Acessado em 10 de março de 2025.

SANTANA, Lenilce. PEREIRA, Gabryelle. **“Música para olhar do lado de dentro”: um projeto social com crianças no Transtorno do Espectro do Autismo. Revista da ABEM**, [s. l.], v. 32, n. 1, e32123, 2024. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/1301/729>>. Acessado em 10 de março de 2025.

SCHAMBECK, Regina. **Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. Revista da ABEM**, v. 24, n. 36, p. 23-35, jan./jun. de 2016. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/598/462>>. Acessado em: 10 de março de 2025.

ZIMMER, Paulyane Nascimento. RODRIGUES, Jéssika Castro. DE FREITAS, Áureo Déo. **Educação musical e transtorno do espectro autista: análise da produção em revistas brasileiras de artes/música qualis a1 e seus anais de eventos regionais e nacionais (2006-2016). Revista da ABEM**, v. 26, n. 40, p. 149-166, jan./jun. 2018. Disponível em: <<https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/760/515>>. Acessado em 12 março de 2025.

GLOSSÁRIO

ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical

AEE – Área de Educação Especial

ANPPOM – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música

APA – *American Psychiatric Association*

BTDT – Banco Digital de Teses e Dissertações

CEMMP – Centro de Educação Musical Miguel Pietro

DSM-5 – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, vol.5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, vol. 5)

SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica On-line)

SIMCAM – Simpósio Internacional de Cognição e Artes Musicais

SIMPOM – Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me fortalecer, por me sustentar nos momentos mais difíceis e por me conceder a bênção da vida, da família e da realização deste sonho.

Aos meus pais, Seu Jorge (Josias Conrado de Oliveira) e Dona Marlene (Maria Marlene Duarte de Oliveira), meu eterno agradecimento. Agricultores batalhadores, que sempre me incentivaram a buscar um futuro melhor e nunca deixaram de acreditar em mim.

Ao meu sogro, Hamilton de Souza Ramos, (Seu Hamilton), e à minha sogra, Maria José de Oliveira Albuquerque Ramos, (Dona Mariinha), minha gratidão profunda. Foram verdadeiros pilares, sempre dizendo com firmeza: “Você vai se formar”.

À minha esposa, Dany Myler, pelo amor, apoio, paciência e presença constante em todos os momentos desta jornada. Aos meus filhos, com um carinho especial ao meu filho Danilo, que é autista e foi um dos grandes pilares e inspirações para que eu iniciasse esta pesquisa. Este trabalho também é por vocês.

Ao meu irmão de caminhada, Edson Filho — (Tito) —, presente que a universidade me deu. Compartilhamos lado a lado as lutas dessa graduação - os trabalhos puxados, a sobrecarga, as incertezas - sempre repetindo: “Vai dar certo”.

À professora Viviane Louro, que me orientou com paciência e sabedoria, contribuindo muito para a construção da minha pesquisa. E ao professor Leandro Rosa, meu orientador final, que chegou com firmeza e coragem, me mostrando que era possível concluir este trabalho com dignidade e força.

A todos que fizeram parte dessa trajetória, meu sincero e eterno obrigado.